

Somos mulheres, somos negras: análise da luta por autonomia das afro-diaspóricas impressa na narrativa do *Nzinga Informativo* (1985)¹

Laiza Munique Dias Villaça²

Ricardo Ferreira Freitas³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

Este artigo analisa o *Nzinga Informativo* (1985-1989)⁴ e sua contribuição para o debate político na década de 1980, a partir da ruptura protagonizada por mulheres negras periféricas no Rio de Janeiro. Busca-se compreender como as agendas interseccional e contra-hegemônica foram impressas na editoria e quais estratégias narrativas mobilizadas em defesa do direito à autodefinição, diante das frentes gerais de militância. Utiliza-se dos conceitos de “erguer a voz” (hooks, 2019), “transformação do silêncio em linguagem-ação” (Lorde, 2019) e na proposta de uma organização à parte pela “reapropriação identitária” (Gonzalez, 2020). A metodologia adotada é a Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013), aplicada às edições 2 e 4 do periódico, nos textos “*Sobre a Constituinte*” e “*Editorial*”.

Palavras-chave: narrativa; memória; política; mulheres negras.

Introdução

Com base nas narrativas escritas por mãos negras e suas sequências de continuidade (Motta, 2013), este artigo analisa o *Nzinga Informativo*, periódico alternativo publicado cinco vezes, de 1985 a 1989, por ativistas negras no Rio de Janeiro, como uma prática comunicacional contra-hegemônica que articula, de forma interseccional, as questões de gênero, raça e classe. Protagonizando a construção narrativa, essas mulheres aprofundaram-se em suas particularidades para entender onde, como e quando estavam sujeitas à opressão. Para que, assim, pudessem participar de forma mais fortalecida das lutas gerais enfrentadas pelo Movimento Negro e Movimento de Mulheres.

Na transformação do silêncio em linguagem-ação (Lorde, 2019), a produção feminista negra foi desenvolvida por nomes como Lélia Gonzalez, Elizabeth Viana,

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 2º Semestre, do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj, e-mail: laizavillaca03@gmail.com.

³ Orientador do trabalho e Professor Titular da Faculdade de Comunicação Social da Uerj. Doutor em sociologia pela Sorbonne. Bolsista PQ2 do Cnpq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, e-mail: rf0360@gmail.com.

⁴ No decorrer da pesquisa apresentada neste artigo, foram encontradas disponibilizadas on-line apenas 3 das 5 edições: nº 2 (1985), disponível em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNZINRJ071985002.pdf>; nº 3 (1986), em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNZINRJ021986003.pdf>; e nº 4 (1988), em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNZINRJ071988004.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

Jurema Batista, dentre outras colaboradoras negras na década de 1980. Dado o fortalecimento da participação de grupos de minorias em espaços politizados (Gonzalez, 2020), o *Informativo* foi idealizado como porta-voz do *Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras* (1983), iniciativa posteriormente sediada na Associação do Morro dos Cabritos, zona sul do Rio de Janeiro.

Compromissados com o resgate e registro de movimentações negras, tanto o *Coletivo* quanto o *Nzinga Informativo* (1985) carregam o nome da rainha angolana Nzinga (1582–1663), uma homenagem à heroína africana que lutou contra o colonialismo português. O *Informativo* nasceu com a aprovação do projeto “História contemporânea das lutas das mulheres negras”, apresentado pelo *Coletivo* e financiado pela instituição estadunidense Global Ministries.

Apesar de sua curta existência, o *Nzinga Informativo* (1985) contribuiu para a prática jornalística negra ao adotar uma perspectiva afrocentrada (Asante, 1988), ancorada em uma base co-construída pela experiência afro-diaspórica. Esta análise adota a metodologia da composição do discurso narrativo elaborada por Luiz Gonzaga Motta (2013), que entende a narrativa como espaço coletivo de trocas, moldado pelo contexto sociocultural dos seus leitores.

Analisa-se as estratégias discursivas adotadas pelas redatoras do *Informativo* para afirmar a autonomia da mulher negra no campo sócio político, especialmente no contexto dos debates da Constituinte de 1988. Destacam-se os textos “*Sobre a Constituinte*” e “*Editorial*”, das edições 2 e 4, configurados como registros potentes dos atos de ruptura hegemônica e de reapropriação identitária da mulher negra — discursos que, passadas mais de quatro décadas, ainda ecoam.

Memória e narrativa feminina negra

Subvertendo o instrumento de opressão, a imprensa aqui ressignifica-se como meio de denúncia e afirmação identitária, revelando-se um legado histórico de produção de memória negra (Hanchard, 2008), iniciado no século XIX pela tipografia carioca do jornalista negro Francisco de Paula Brito. Ainda no período escravocrata, Brito discursou por cinco edições no pasquim *O Homem de Cor* (1933), reivindicando humanidade e direitos para o indivíduo negro. Sua mensagem denunciava a persistente

ausência de melhores condições de vida para a população negra livre, deteriorando-se ainda mais para a escravizada.

Por meio da reunião das expressões de experiências comuns relacionadas ao racismo, elabora-se um imaginário coletivo que fundamenta iniciativas voltadas à contestação de narrativas históricas hegemônicas (Hanchard, 2008). Tais registros permitem reavaliar discursos e estratégias desenvolvidas na diáspora. Logo, percebe-se que a ação do jornalista não foi isolada: com essa pioneira linha editorial contra os preconceitos de raça, data-se o surgimento de uma imprensa alternativa negra, cuja base inicial é a denúncia do racismo e a valorização da população negra.

Roger Bastide (1986) compreende a base dessa categoria de imprensa como: primeiro, a união dos negros com a intenção de orientá-los na luta contra o complexo de inferioridade, configurando-se, assim, como um órgão educativo; segundo, como um órgão de protesto, pois expõe as faces da desigualdade racial e é o negro quem escreve sua narrativa, enxergando o jornal como um espaço para ampliar sua voz, onde institui sentido e significado às suas experiências e existência (Motta, 2013). Todavia, os periódicos negros caracterizam-se pela existência frágil, conforme também aponta Bastide (1986), dada a razão do caráter independente e de limitada comercialização.

Em diferentes décadas, narrativas foram escritas por/para mulheres negras, articuladoras na construção do universo social afro-brasileiro e na luta contra a cidadania dilacerada oferecida ao negro (Gonzalez, 2020). Cabe recordarmos que, no pós-abolição, coube à mulher negra enfrentar a ausência de alternativas além das ocupações subordinadas. Gonzalez (2020) aponta que a persistência de representações hegemônicas naturalizam sua superexploração. Segundo hooks (2019), esses corpos, mesmo emancipados por lei, ainda foram vistos pelo poder dominante como colonizados, destituídos de alma e sentido, justificando sua marginalização excessiva e condição subexistente. Percebe-se, então, um afastamento sistemático de mulheres negras das oportunidades de regulamentação profissional e estabilidade nas relações de poder.

Ampliando o campo narrativo do negro sobre o negro (Souza, 2021), o jornal paulistano *Jornegro* (1978) rejeitou, em sua segunda edição, o “culto à mãe negra”, descartando-o como “uma conquista”, ao lembrar as demandas coloniais sobre o

corpo da mulher negra. Enquanto na edição seguinte, destacou no texto “*Mulher Negra*” os estereótipos de mucama, doméstica e mãe preta (Gonzalez, 2020).

Para nós as mulheres negras, a briga é muito mais difícil pois temos que vencer o preconceito do sexo e da nossa pele preta [...] Embora ainda sejamos olhadas como boas domésticas ou como objeto sexual, a nossa presença é cada vez maior e mais ativa nos grupos negros (*Jornegro*, 1978, p. 4).

Apesar da existência de um espaço destinado à expressão e registro das particularidades da memória negra, sua manutenção revelou-se árdua, como conta o jornal: “A questão financeira é um pesadelo. A distribuição é ainda falha [...] dependemos da venda de um número para fazer o próximo” (*Jornegro*, 1978, p. 1). Limitações financeiras, dificuldades distributivas e censura em contextos antidemocráticos, levaram ao fim precoce desses veículos alternativos, que, em grande medida, eram sustentados pela classe pobre e negra.

O fim do jornal *A Voz da Raça* (1933), porta-voz da Frente Negra Brasileira (FNB), ilustra o cenário de censura, interrompido pelo Estado Novo em 1937. Principal entidade negra do país até meados do século XX, contou com expressiva participação feminina em seus departamentos. Contudo, elas foram afastadas dos cargos de liderança, restringidas aos papéis domésticos. No editorial, as fretenegrinas manifestavam-se timidamente sobre suas intersecções, raramente adotavam um recorte de gênero que confrontasse a subalternização das mulheres negras tanto no discurso quanto na prática política do meio negro. Orientadas pela noção generalizante de raça e códigos normativos do século XX, essas mulheres limitaram-se em suas publicações a reproduzirem estereótipos de “dona do lar” ou “doméstica” — narrativas intrinsecamente ligadas ao imaginário escravocrata, que negavam suas subjetividades, e reduziam sua produtividade política e intelectual.

Davis (2016) afirma que as narrativas sobre as afro-diaspóricas permaneceram condicionadas à escravidão, em que o trabalho compulsório ofuscava outros aspectos de sua existência. Na comunicação alternativa negra, a mulher negra transita de objeto a sujeito, atribuindo sentido aos seus costumes e valores (Motta, 2013), tornando-se autora e autoridade de sua própria história, uma oposição ao projeto colonial predeterminado (Kilomba, 2019, p. 28). Mesmo atravessadas por estereótipos da época,

seja reproduzindo ou criticando, tais narrativas são válidas e auxiliam a revisão histórica da memória negra.

Como ficamos nós, mulheres negras?

Intitulada “Todo o apoio ao Povo Negro Sul-Africano”, a segunda edição do *Nzinga Informativo* (1985) denuncia o Apartheid e cobra representatividade negra na Constituinte de 1988. O texto “*Sobre a Constituinte*” é recuperado como objeto de análise de seus argumentos em defesa da inserção sociopolítica da comunidade negra, especialmente das mulheres negras.

O sentimento de indignação apontado no trecho inicial pelas editoras nasce da ausência de mulheres negras na Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, tornando-se a razão da narrativa (Motta, 2013). Essa exclusão política e simbólica impulsiona o que Audre Lorde (2019) chama de transformação do silêncio em linguagem-ação, legitimando a luta por uma reconfiguração dos espaços de deliberação e tensionando as estruturas de poder com um discurso contra-hegemônico.

Constituinte é uma palavra que hoje está na propaganda da televisão, nos discursos das autoridades, nas conversas de botequim, ou seja está nas ruas. Ainda assim é pouco entendida. E é por isso que vamos falar um pouquinho sobre o que ela significa (*Nzinga Informativo*, 1985, p. 2).

Além de contextualizar e distinguir os termos “constituição” e “constituinte”, o parágrafo subsequente reflete sobre os chamados “governo do povo”. Como afirma Motta (2013), nenhuma narrativa é ingênua — nesse contexto, a intenção torna-se evidente quando o *Informativo* cita fundamentos estatais, objetivando uma aproximação do negro dos conceitos políticos e fomentar uma consciência crítica pelo engajamento no debate público. Partindo da lacuna representativa negra, o *Informativo* constrói sua intriga, assimilando informações constitucionais aos desafios históricos da população negra, especialmente quanto ao papel da constituição brasileira na definição de direitos e limites do Estado. A narrativa culmina na pergunta central: até que ponto os responsáveis pela Constituição estão compromissados com as demandas do povo negro?

[...] E é por isto que defendemos a necessidade de nossos representantes serem escolhidos entre os grupos de mulheres, de negros, de índios⁵,

⁵ O termo “índio” reflete o uso comum da época (1985), antes da ampla adoção de “povos indígenas” como forma mais respeitosa e politicamente consciente.

dos sindicatos, das associações de moradores e de favelas, das igrejas e etc (*Nzinga Informativo*, 1985, p. 2).

Questiona-se a política tradicional ao tratar a escuta das subjetividades como obrigação, confrontando o distanciamento entre representantes e grupos marginalizados. A expressão “a comunidade que dizem representar” revela desconfiança na legitimidade política e reforça a urgência de um sujeito político coletivo. Beatriz Nascimento (*apud* Ratts, 2006) relaciona essa exclusão à negação da voz negra e à desarticulação de suas memórias e narrativas.

Quando colocamos a necessidade de escolhermos nossos representantes entre os grupos de mulheres e de negros, estamos preocupados com a maioria da população que é mulher e é negra [...] Se assim fosse, nosso país seria uma maravilha pelo número de leis que são votadas em nosso nome, com que sejamos consultados e que, por isso mesmo, nem tomamos conhecimento (*Nzinga Informativo*, 1985, p. 2).

O *Informativo*, por meio de uma fala coletiva e politizada, denuncia o racismo estrutural e institucional (Carneiro, 2003) e desloca o discurso do sujeito político tradicional, propondo uma afrocentricidade (Asante, 1988) cooperativa baseada na experiência dos subalternizados. Diante das contradições da democracia brasileira, recorre à ironia para expor a exclusão popular das decisões. Critica, também, as leis feitas “em nosso nome (pessoas negras)”, revelando seu caráter de silenciamento político e epistêmico. Fanon (2020) indica que o colonizado, com fala desautorizada e experiência ignorada, é excluído da produção e validação do conhecimento.

Como ficamos nós, que não temos direito à informação, à escolaridade, à saúde, a ter uma vida digna? Como ficamos nós, mulheres negras, que ocupamos os mais baixos escalões da sociedade, somos as mais mal pagas — isto quando conseguimos trabalhar — e não somos respeitadas nem como seres humanos nem como cidadãs? Como ficamos nós? (*Nzinga Informativo*, 1985, p. 2).

Faz-se uso de uma linguagem narrativa intencional, conferindo urgência ao histórico quadro de exclusão social da população negra e da mulher negra. São pautados cenários cotidianos da população negra, destacando precariedades no acesso à “informação”, “escolaridade”, “saúde”, “vida digna” e “respeito à mulher negra”. Utilizando-se da linguagem como um canal de comoção, são feitos questionamentos retóricos e sucessivos, apresentados em “Como ficamos nós?” que funciona como anáfora e recurso de insistência. À medida que tece uma sequência de afirmações sobre

o *status* social das mulheres negras, o texto evidencia os resultados da violência de gênero, raça e classe.

Acreditamos que a Constituinte tem que ser discutida em todos os lugares: em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode. Nós, mulheres negras, temos que votar em candidatos homens e mulheres negros. Não qualquer negro, mas aqueles companheiros que efetivamente estão comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros (*Nzinga Informativo*, 1985, p. 2).

Rejeitando a neutralidade constitucional, o *Nzinga Informativo* (1985) afirma que a eficácia política depende tanto da forma quanto dos sujeitos que a constroem. Collins (2019) defende uma ação política consciente, que reconheça saberes periféricos como formas legítimas de conhecimento. Além disso, o *Informativo* incentiva mulheres negras a apoiarem candidaturas comprometidas com a emancipação antirracista e de gênero, defendendo escolhas estratégicas guiadas pela interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Articulando, por fim, um discurso contra-hegemônico que, enquanto denuncia exclusões, propõe alternativas por meio da voz e ação dessas mulheres.

Precisamos nos organizar à parte sim

Para nós mulheres negras é no mínimo instigante que no ano do Centenário da Abolição da Escravidão, quando o Movimento Negro é reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente, alguns membros deste Movimento saíam a público conclamando as mulheres negras a não desenvolverem uma luta a parte (*Nzinga Informativo*, 1988, p. 2).

Gonzalez (2020) aponta que a invisibilidade da mulher negra resulta do racismo estrutural e do patriarcado, inclusive dentro do próprio Movimento Negro. O editorial da quarta edição do *Nzinga Informativo* (1988) contesta essa exclusão. Publicado no ano do Centenário da Abolição da Escravidão, expõe a permanência da figura “mucama ideológica” — que simboliza uma voz silenciosa e presença invisível que sustenta, mas não protagoniza, as narrativas históricas e sociais (Gonzalez, 2020).

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza (*Nzinga Informativo*, 1988, p. 2).

O *Informativo* critica leituras reducionistas do marxismo que colocam a luta de classes como eixo exclusivo da transformação social. Afirmando que essa tese sustenta

uma sociedade “patriarcal, racista, machista e predatória”, denuncia a hierarquização das lutas, que sufocam demandas específicas contra opressões interligadas. As mulheres do *Nzinga* reafirmam uma narrativa que combate a invisibilidade imposta por discursos hegemônicos, recusando transformações sociais que ignoram intersecções, pois, segundo elas, tais alternativas reproduzem a exclusão.

Gonzalez (2020) aponta que os primeiros coletivos de mulheres negras emergiram no interior do próprio movimento, destacando-se no contexto do renascimento do movimento negro em 1970, no Rio de Janeiro. Nessa conjuntura, as mulheres frequentemente reuniram-se de forma autônoma, visando não apenas afirmar suas pautas e vozes próprias antes de apresentá-las ao conjunto do movimento, mas também a construção de uma atuação política comprometida com a superação do sexismo e racismo presente nas estruturas organizativas tradicionais.

Primeiro - a questões do Gênero: SOMOS MULHERES - e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo - a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS - E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim (*Nzinga Informativo*, 1988, p. 2).

O *Informativo* reconhece a interdependência dos sistemas de opressão, como aponta a necessidade de uma articulação simultânea com o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres para construir-se a identidade política da mulher negra. Elemento central da narrativa, a dupla afirmação em maiúsculo “Somos mulheres” e “Somos negras” alcança uma perspectiva que, embora não faça uso do termo, corresponde ao conceito de interseccionalidade formulado por Crenshaw (1989), objetivando análises que reconheçam os cruzamentos entre essas categorias, e não sua fragmentação. Para Carneiro (2003), o feminismo tradicional não integra as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais, revelando uma insuficiência teórica e de prática política.

O *Informativo* tece uma crítica a essa característica universalista promovida por feminismos hegemônicos no trecho “o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a identidade cultural” (*Nzinga Informativo*, 1988, p. 2), reivindicando o ato de enegrecimento do feminismo, tornando-o plural e atento às particularidades culturais, históricas e sociais de mulheres negras.

Respondendo à questão central com “precisamos nos organizar à parte sim”, a narrativa defende a metodologia fundada e aplicada por elas mesmas para mapear “onde”, “como” e “quando” as mulheres negras periféricas são oprimidas. Gonzalez (2020) aponta a organização de mulheres negras como espaço de reapropriação identitária, construção política e resistência cultural. Tendo a experiência vivida como fonte legítima de saber, as mulheres do *Nzinga* entendem a organização à parte como etapa que qualifica e antecede sua atuação nas frentes gerais de militância, sustentada por epistemologias próprias.

Lorde (2019) afirma que é na margem que a diferença transforma-se em força de luta. Por isso, as ativistas não tornaram-se apenas agentes de mobilização negra, como também precursoras da memória coletiva e das práticas expressivas afro-diaspóricas (Hanchard, 2008). Rompendo com as normas de um comunicado político ocidental, o editorial encerra com “axé” — ato que concretiza sua narrativa ancestral, onde o corpo negro, carregado de fé e esperanças, é legitimamente integrado à militância coletiva.

Considerações provisórias

A partir das narrativas analisadas, observa-se que o *Nzinga Informativo* (1985) constrói um discurso contra-hegemônico ao protagonizar vozes e saberes periféricos. De fato, evidencia-se um veículo de denúncia, mas também um espaço de educação política e reapropriação identitária por meio de uma linguagem acessível e coletiva. Os textos “*Sobre a Constituinte*” e “*Editorial*” articulam uma crítica à exclusão da mulher negra, convocando, com recursos linguísticos e culturais, uma consciência coletiva pela reconfiguração dos espaços de poder. Enquanto o primeiro denuncia a falta de representatividade, o segundo afirma a urgência de uma organização própria como prática interseccional e estratégia de fortalecimento identitário. Elizabeth Viana (2014) conta que a mulher negra vista nos espaços hegemônicos era a “pretinha servindo água na bandeja”. Erguendo suas vozes (hooks, 2019), as integrantes do *Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras* (1983) reivindicaram a autoria de sua própria imagem e narrativa, fazendo da escrita uma ação prática da autodefinição – impressa e eternizada, sempre pronta para ser resgatada.

Referências

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: a teoria da mudança social**. Trenton, NJ: Africa World Press, 1988.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. In: BASTIDE, Roger. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginando a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANCHARD, Michael. **Black memory versus state memory: notes toward a method [Memória negra versus memória do Estado: notas para um método]**. Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism, v. 12, n. 2, p. 45–62, 2008.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

RATTS, Alex (Org.). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

XAVIER, Giovana; VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Entrevista concedida a Sueann Caulfield. Rio de Janeiro, 14 jul. 2014. In: **Feminismos Globais: estudos de caso comparados de mulheres militantes e intelectuais – Brasil**. Transcrição da entrevista. Disponível em: https://sites.lsa.umich.edu/globalfeminisms/wp-content/uploads/sites/787/2020/05/VianaXavierTranscriptionFINAL_PR-1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.